

# Detalhe de Oferta de Emprego

<b>Código da Oferta:</b>	OE202411/0263
<b>Tipo Oferta:</b>	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
<b>Estado:</b>	Ativa
<b>Nível Orgânico:</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Organismo</b>	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
<b>Regime:</b>	Cargos não inseridos em carreiras
<b>Cargo:</b>	Direcção Intermédia de 2º grau
<b>Área de Actuação:</b>	Chefe de Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais, de acordo com o previsto do artigo 14.º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redacção atual.
<b>Remuneração:</b>	2806,92
<b>Suplemento Mensal:</b>	209.17 EUR
<b>Conteúdo Funcional:</b>	As funções inerentes ao cargo previstas no artigo 14.º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redacção atual.
<b>Habilitação Literária:</b>	Licenciatura
<b>Descrição da Habilitação:</b>	Direito
<b>Perfil:</b>	Experiência na área eleitoral, nomeadamente na produção de estudos em matéria de direito eleitoral, no apoio nas diversas vertentes jurídicas e executivas, aos intervenientes nos processos de recenseamento, eleitorais e referendários, planejar, organizar, elaborar e publicar toda a documentação necessária ao apoio e esclarecimento jurídico dos eleitores e demais intervenientes, acompanhar a aplicação das diretivas eleitorais, assim como nas diversas funções decorrentes das competências atribuídas à Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais constantes do artigo 16º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redacção atual.
<b>Métodos de Selecção a Utilizar:</b>	Capacidade de coordenação, chefia ou direcção, em particular aos níveis de: Planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; Análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; Responsabilidade e compromisso com o serviço. Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Secretaria-Geral ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa da Administração Interna.
<b>Composição do Júri:</b>	Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redacção atual.
	Presidente: Licenciado Joaquim José Fernandes Vilar Morgado, Secretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna; 1.º Vogal Efetivo: Licenciado Pedro João Dionísio da Engrácia, Subdiretor-Geral da DGAEP; 2.º Vogal Efetivo: Professora Doutora Susana Antas Videira, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

## Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	1	Rua de São Mamede, n.º 23	Lisboa	1100533 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provento:** A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** Aviso n.º24264/2024/2 de 31 de outubro publicado no D.R n.º 212, 2ª Série

## Apresentação de Candidaturas

---

**Local:** Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa

**Formalização da Candidatura:** 1. A candidatura deve ser formalizada, num prazo de 10 (dez) dias úteis, através de requerimento, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, em envelope fechado, com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetido por correio registado e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue, pessoalmente, no mesmo prazo, nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, da Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa, durante o horário de atendimento – das 9.00 Às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, podendo ainda ser remetida por correio eletrónico, para o endereço [procedimentosconcursais@sg.mai.gov.pt](mailto:procedimentosconcursais@sg.mai.gov.pt) , não podendo a candidatura exceder o limite máximo de 10 MB, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- b) Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- c) Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- d) Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a. Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- b. Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
- c. Fotocópias dos certificados de ações de formação profissional relacionadas com a área funcional do cargo a ocupar;
- d. Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.

Não serão aceites candidaturas entregues pessoalmente, ou expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

**Contacto:** 213409000

**Data de Publicação** 2024-11-07

**Data Limite:** 2024-11-21

**Observações Gerais:**